

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo estima déficit fiscal de R\$ 66 bi em 20233

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

2023 (V): A previdência (Artigo)4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ainda a Previdência Social - FABIO GIAMBIAGI5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Governo prevê volta das contas públicas para o azul só em 20256

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Trabalhadores esquecem R\$ 523 milhões no PIS/Pasep8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste salarial pode "destruir" a economia, afirma ministro9

VALOR ECONÔMICO - SP - EU E FIM DE SEMANA
SERVIDOR PÚBLICO

Brasil deixou autoritários crescerem (Artigo)10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tabela do IR poderá ser corrigida com excesso de arrecadação, diz Guedes11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reformas e privatizações ficam relegadas à espera das eleições12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes diz que IR de empresa pode cair14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Veto é minoria em comissão15

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Correção não é aumento (Artigo)18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ciro Nogueira descarta, por ora, subsidiar preço dos combustíveis19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Abrileirar combustível não existe numa commodity global"22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guerra trará agitação social nos emergentes - HUMBERTO SACCOMANDI23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Tarifa pode cair menos que o previsto 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Gasolina e grãos espalham inflação por todas as faixas de renda, diz FGV 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Preço do leite bate recorde no campo e pressiona consumidores 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Tabela do IR ainda pode ter correção - VINICIUS TORRES FREIRE 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Calibragem do juro dependerá da guerra, diz BC 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

R\$ 7,6 bilhões em caixa com o pré-sal 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

País ganha 2 posições e fica em 22º lugar em ranking 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Ações da Petrobras sobem 5% com novos nomes indicados 36

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Qual é o esforço para geração de superávit primário? (Artigo) 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O mix ruim da política monetária (Artigo) 38

Governo estima déficit fiscal de R\$ 66 bi em 2023

ANTONIO TEMÓTEO

O governo deve enviar ao Congresso, até o próximo dia 15, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) com a previsão de um déficit fiscal de R\$ 66 bilhões em 2023.

A estimativa se aproxima da projeção para este ano. A equipe econômica prevê um rombo de R\$ 66,9 bilhões nas contas do governo central (Tesouro, BC e **INSS**) em 2022.

Os dados foram discutidos ontem em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), composta pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Além das projeções para o próximo ano, os técnicos estimaram um déficit fiscal de R\$ 28 bilhões em 2024 e um superávit primário de R\$ 33 bilhões em 2025. Se esse resultado se confirmar, será a primeira vez desde 2013 com as contas no azul.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

2023 (V): A previdência (Artigo)

Fabio Giambiagi Economista

Este é o quinto artigo da série de 15 textos acerca do possível programa de governo a ser implementado em 2023. Em dois ou três casos as ideias envolvem uma "não proposta", ou seja, a tese de que em determinado assunto o melhor será não inovar e deixar as coisas como estão. É o caso da previdência após a reforma de 2019. A pergunta natural então é: por que falar do assunto? Porque é preciso esclarecer as coisas para quando for necessário voltar ao tema.

Talvez, em 2027.

A reforma de 2019 representou uma mudança expressiva.

Entretanto, a ideia de que ela "reduziu a despesa da previdência" é equivocada.

Em termos físicos, o número anual de benefícios previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) cresceu 1,6% em 2019, novamente 1,6% em 2020 e 1,1% em 2021.

Finalmente, um dado que impressiona: na média dos últimos cinco anos, a variação física média anual do número de aposentadorias urbanas por idade aumentou 6,1% ao ano. O que se explica considerando que as aposentadorias por idade dos homens não sofreram mudança até agora.

Cedo ou tarde, essa discussão voltará à pauta. Por enquanto, ninguém aguenta mais falar do assunto. O tema esteve presente no noticiário, com muita intensidade, de fins de 2016 a fins de 2019. Ao mesmo tempo, as mudanças demográficas continuam ocorrendo, o **INSS** continua tomando espaço das demais despesas e as despesas discricionárias continuam sendo achatadas. Vai chegar um momento em que será preciso voltar a encarar a questão, com vistas a fazer uma nova rodada de ajustes.

Como a década de 2030 está muito distante e o quadro fiscal continuará a inspirar cuidados, torço para que isso ocorra em 2027, por ocasião da posse de quem vier a ser eleito presidente da República em 2026. A ver.

O problema não é difícil de entender. Qual era a idade dos homens para a aposentadoria por idade quando foi aprovada a Constituição de 1988? Sessenta e cinco anos.

Qual a exigência hoje? Sessenta e cinco anos. Naquela época, aos 65 anos um homem tendia a viver mais 12 anos.

Hoje tende a viver mais 17. A reforma de 2019 acabou com os problemas mais aberrantes das regras da época, associados às aposentadorias precoces, mas não encarou o problema representado pelo fato de que a regra de aposentadoria de uso mais intenso, definida em 1988, é inadequada aos tempos de hoje. E, se quisermos encarar o tema em 2027, será preciso começar a falar do assunto antes. Ainda que não venha a ser objeto nem da campanha de 2022 nem das medidas de 2023.

Fabio Giambiagi Economista

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ainda a Previdência Social - FABIO GIAMBIAGI

FABIO GIAMBIAGI

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo prevê volta das contas públicas para o azul só em 2025

Idiana Tomazelli

O governo Jair Bolsonaro (PL) deve propor uma meta fiscal que autoriza um déficit de cerca de R\$ 66 bilhões em-2023, o primeiro ano de mandato do próximo presidente da República.

As projeções do governo federal serão enviadas na proposta de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o ano que vem. O documento é encaminhado todos os anos até o dia 15 de abril e precisa ser analisado pelo Congresso Nacional. O resultado primário é obtido a partir da diferença entre receitas e despesas do governo.

Apesar do aumento recente na arrecadação, o cenário traçado mostra que as contas permanecerão no negativo em -20-24 e só voltarão ao azul em 2025, segundo fontes da equipe econômica.

Caso esse quadro se confirme, o Brasil terá acumulado 11 anos de sucessivos rombos nas contas. O primeiro déficit foi registrado em 2014, ainda no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Ainda durante a transição de governo, em 2018, o ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a dizer que era "factível" zerar o déficit no primeiro ano da gestão Bolsonaro. Esse resultado não foi atingido em-2019 e, no ano seguinte, o governo precisou abrir os cofres para combater os efeitos da pandemia de Covid-19.

Para este ano, a Economia prevê um rombo de R\$ 66,9 bilhões -menos do que os R\$ 170,5 bilhões autorizados pela meta.

O déficit já inclui os recentes cortes de **tributos**, que devem drenar quase R\$ 50 bilhões em receitas, a maior parte do caixa da União. A redução da carga tem sido usada para tentar amenizar o peso da **inflação** no bolso dos consumidores, em um ano já marcado pelo clima eleitoral, mas também tem o efeito de adiar a recuperação das contas.

A meta fiscal estipulada na LDO considera as contas do chamado governo central, que reúne Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central.

Para 2024, a projeção do governo indica um resultado negativo de aproximadamente R\$ 28 bilhões. Já em

2025, o país teria um superávit próximo a R\$ 33 bilhões, o primeiro desde 2013.

Os números foram discutidos em reunião da JEO (Junta de Execução Orçamentária) nesta quarta-feira (6). O colegiado é integrado por Guedes e pelo ministro Ciro Nogueira (Casa Civil).

Os resultados para os próximos anos são melhores que os indicados na LDO de 2022, aprovada no ano passado. As estimativas na ocasião apontavam rombos de R\$ 145 bilhões no ano que vem e de R\$ 102,2 bilhões em 2024.

Apesar da virada positiva no resultado primário, o cenário fiscal deve se manter desafiador. Segundo fontes da área econômica, as projeções apontam para um patamar cada vez mais limitado de despesas discricionárias, que incluem custeio da máquina pública e investimentos -normalmente alvos de corte quando há necessidade de segurar gastos.

O baixo nível dessas despesas geralmente é associado por economistas a um risco de apagão da máquina pública ou a dificuldades de manutenção da regredo teto de gastos, âncora fiscal do governo que limita o avanço das despesas à **inflação**.

No ano passado, o governo ficou sem espaço no teto para ampliar programas sociais e honrar promessas de emendas a aliados do governo no Congresso. Como solução, acabou chancelando uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que adiou o pagamento de sentenças judiciais e ainda mudou a forma de calcular o limite de gastos. Na prática, as alterações expandiram o teto em mais de R\$ 100 bilhões.

Mesmo assim, segundo as projeções do governo, as discricionárias já terão chegado a um nível próximo a R\$ 100 bilhões em 2024, caindo a cerca de R\$ 90 bilhões no ano seguinte -valores considerados baixos para sustentar a máquina e os investimentos públicos.

O agravante é que essas estimativas não consideram nenhum tipo de reajuste salarial aos **servidores públicos**, nem aumento no valor pago aos beneficiários do Auxílio Brasil, cujo piso hoje é R\$ 400 -cenários considerados improváveis pelos próprios técnicos do governo.

Atualmente, diversas categorias do funcionalismo pressionam pela concessão de reajustes. Algumas estão com salários congelados desde 2017.

O governo tem em seu cardápio de opções uma alternativa que prevê reajuste de 5% a todas as carreiras, com um custo anualizado de aproximadamente R\$ 10 bilhões. Se a medida for adiante, isso significaria uma redução na mesma proporção nas despesas discricionárias, dificultando a gestão da máquina no futuro.

Além disso, ainda que Bolsonaro não ceda ao funcionalismo e mantenha os salários congelados, a pressão por reajustes deve voltar a tona no primeiro ano de mandato do próximo presidente.

No caso do Auxílio Brasil, técnicos afirmam que é pouco provável que um programa voltado à população de baixa renda fique com os benefícios inalterados por três anos seguidos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49874&anchor=6453657&pd=37f6e0e13966f74535ebfd0febd22001>

Trabalhadores esquecem R\$ 523 milhões no PIS/Pasep

Isabela Lobato

Mais de R\$523 milhões do PIS/Pasep referentes a 2020 ainda não foram sacados e ficarão disponíveis até 29 de dezembro. No total, 561 mil trabalhadores deixaram de retirar o abono salarial, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência.

Do total que não sacou os valores conforme o calendário oficial de liberações, 71% são de **servidores públicos** e militares, que recebem o Pasep pelo Banco do Brasil. Os trabalhadores elegíveis do setor privado têm o mesmo prazo para sacar o PIS, pela Caixa Econômica Federal.

Tem direito ao abono do PIS/Pasep quem: 1) Trabalhou com carteira assinada ou como servidor por, no mínimo, 30 dias, consecutivos ou não, em 2020; 2) Está cadastrado no programa ou no Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais) há pelo menos cinco anos - ou seja, o primeiro emprego com carteira assinada deve ter ocorrido em 2015 ou antes; 3) Recebeu até dois salários mínimos médios de remuneração mensal no ano-base, o que corresponde a R\$2.090, considerando-se o salário mínimo de R\$ L045 vigente em 2020; 4) Teve seus dados informados pelo empregador (pessoa jurídica ou governo) corretamente na Rais ou no eSocial.

O Ministério do Trabalho e Previdência começou a receber, na terça-feira (5), os recursos administrativos de quem não foi habilitado, mas entende que tem direito a receber o abono. É necessário enviar um email para trabalho.uf@economia.gov.br, trocando o trecho "uf" pela sigla do estado de residência. Para quem é de São Paulo, o email é trabalho.sp@economia.gov.br, por exemplo.

Clientes da Caixa recebem o dinheiro automaticamente na conta-corrente ou na poupança. Caso estejam no calendário oficial e não tenham tido o crédito, a indicação é fazer uma consulta por meio de seu extrato bancário.

Quem não tem conta na Caixa recebe os valores em uma poupança social digital, aberta pela Caixa e que pode ser movimentada pelo aplicativo Caixa Tem. Nele, é possível pagar boletos, fazer compras ou transferir o dinheiro para outra conta bancária. O saque também é permitido, após gerar uma senha.

Se mesmo assim os valores não tiverem sido disponibilizados, quem tem Cartão do Cidadão e senha pode sacar o abono nos caixas eletrônicos, nas lotéricas e nos correspondentes Caixa Aqui.

Para o trabalhador que não possui nem conta na Caixa nem Cartão do Cidadão e senha, os saques devem ser feitos em uma agência da Caixa mediante apresentação de documento oficial com foto.

Já o pagamento do Pasep é feito aos servidores públicos conforme o número final da inscrição. Quem é cliente do Banco do Brasil recebe direto em conta. Quem ainda não recebeu terá até o dia 29 de dezembro para reclamar os valores.

Nos caixas eletrônicos do Banco do Brasil ou no portal www.bb.com.br/pasep, o trabalhador pode fazer a transferência por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) para sua conta bancária.

É preciso informar o número de inscrição no Pasep, CPF e data de nascimento. Também é possível realizar o saque nas agências do Banco do Brasil, apresentando documento oficial de identidade, como RG, passaporte ou CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49874&anchor=6453657&pd=37f6e0e13966f74535ebfd0feb22001>

Reajuste salarial pode "destruir" a economia, afirma ministro

MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil deixou autoritários crescerem (Artigo)

Por Fernando Luiz Abrucio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187186?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187186?page=1§ion=1

Tabela do IR poderá ser corrigida com excesso de arrecadação, diz Guedes

Luiz Antonio Cintra

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira (7) que o governo pretende usar o excesso de arrecadação observado atualmente para corrigir a tabela do Imposto de Renda da pessoa física e reduzir o de empresas, medidas que não avançaram na **reforma tributária** apresentada ao Congresso.

O ministro ponderou que ainda não está decidido se esses cortes de tributo serão feitos logo ou no início do "próximo mandato" do presidente Jair Bolsonaro (PL), que disputa a reeleição.

De acordo com Guedes, a apresentação de uma **reforma tributária**, que travou na atual gestão, precisa ser feita "no dia 1" do próximo mandato.

Em sua apresentação durante palestra para o mercado financeiro, parte do 8th Annual Brazil Investment Forum, evento virtual organizado pelo Bradesco BBI, Guedes ainda chamou de populismo idéias de conceder aumento salarial a servidores em um momento em que o país ainda combate a crise.

"Se começar a dar reajuste para todo o mundo, estaremos empurrando custo para os filhos e netos", disse Para ele, não é possível que haja uma lógica de reposição de salários neste momento porque o mundo viveu uma guerra, em referência à pandemia de Covid-19.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49874&anchor=6453657&pd=37f6e0e13966f74535ebfd0febd22001>

Reformas e privatizações ficam relegadas à espera das eleições

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Com o avanço dos acordos para as eleições, Congresso e governo dão praticamente como suspensas a tramitação das duas grandes reformas (tributária e administrativa) prometidas para o primeiro mandato do presidente Jair Bolsonaro. Elas também haviam sido asseguradas, no início de 2021, pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A privatização dos Correios foi engavetada, e a janela para a desestatização da Eletrobras ainda este ano se encurta à espera do sinal verde do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com a arrecadação em alta e sem o avanço das reformas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, toca a sua "**reforma tributária**" particular com corte de **impostos** e promessas de novas tesouradas de **tributos**. A "filosofia", definida por auxiliares do ministro, é fazer com que "todo excesso de arrecadação seja compensado com diminuição de imposto".

Os cortes caem com uma luva em ano eleitoral e são poderoso instrumento de negociação de apoio político e empresarial à candidatura à reeleição do presidente, que diminuiu a distância do líder das pesquisas, o ex-presidente Lula. A desoneração também ofusca o fracasso das duas reformas, após a aprovação da Previdência no primeiro ano do governo.

Em encontro online, Guedes deu ontem a senha dos próximos passos: correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (outra promessa não cumprida) e nova redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com a justificativa de que os Estados não baixaram como deveriam o ICMS.

Bolsonaro acenou ontem que Guedes dará isenção de tributo para mototaxistas. Ao longo deste ano, já anunciada uma redução de R\$ 50 bilhões em **tributos** e o Ministério da Economia quer pelo menos cortar outros R\$ 10 bilhões.

MUDANÇA DE DISCURSO.

Após manifestar confiança na aprovação da **reforma tributária** este ano, em reunião da Organização para

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), há poucos dias, Guedes ontem a transferiu de vez para 2023.

A melhora de Bolsonaro nas pesquisas animou o "Posto Ipiranga".

"Com Bolsonaro reeleito e Congresso mais reformista, espera-se que reformas acelerem", disse, renovando as apostas do plano de 2018, inclusive das privatizações.

A fala do ministro coincide com mais uma tentativa fracassada de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110 de **reforma tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, após mais articulação de líderes do setor de serviços contrários à aprovação. A estratégia era votar a proposta no plenário do Senado e deixar para completar a votação nos primeiros meses do próximo governo. Ontem, Pacheco disse que a **reforma tributária** só sai quando "quem apresenta divergência ceder".

Desde a semana passada, a confiança dos apoiadores da PEC mudou com os sinais contraditórios das negociações para um acordo com o senador Eduardo Braga (AM), líder do MDB. "A partir do momento que ficou claro o movimento pela aprovação da PEC, foi possível começar a mobilizar entidades de setores importantes, como serviços em geral, educação, academias de ginástica, transporte de passageiros e outros", disse Emerson Casali, diretor da CBPI Produtividade Institucional, que assessora serviços.

Para barrar a reforma, o setor de serviços ganhou terreno com o discurso de que ele aumentará a carga tributária. Casali contou que o trabalho das últimas semanas foi estabelecer contatos com os senadores para alertá-los do "tamanho do aumento de **impostos** sobre os serviços e as suas consequências futuras sobre o emprego".

Na mesma trilha da tributária, a reforma administrativa foi "enterrada" esta semana pelo próprio relator, deputado Arthur Maia (União Brasil-Bahia).

Ele também empurrou a votação para 2023.

Sem as reformas maiores, o governo aposta suas

fichas na Eletrobras e num julgamento favorável no TCU, a tempo de não perder a janela que os especialistas do mercado consideram estar aberta para a operação de venda do controle da empresa.

E também na aprovação de projeto do Novo Marco das Garantias com as medidas provisórias de Modernização de Registros Públicos, do Novo Marco de Securitização e de Aprimoramento das Garantias Agrícolas, tocada pelo chefe da assessoria especial do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida.

O Banco Central também aposta em avançar na agenda, após a aprovação da reforma cambial e da sua autonomia.

Mas o presidente do BC, Roberto Campos Neto, recentemente trouxe um ponto que deve esquentar o debate: o porquê do baixo crescimento do País mesmo depois da aprovação de reformas, como a da Previdência, a trabalhista, a de eficiência econômica, a do novo mercado de gás e tantas outras medidas microeconômicas. A pergunta de US\$ 1 milhão, segundo ele.

Debate O presidente do BC levanta uma questão: o porquê do baixo crescimento do País apesar das reformas feitas

"Segurança energética" depende de venda da Eletrobras, diz Guedes

Com o governo correndo contra o tempo para privatizar a Eletrobras, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao TCU que a venda da estatal envolve o "futuro da energia brasileira". Guedes participou de evento na Corte, que atualmente discute a segunda fase da privatização - ainda sem prazo para ir a plenário.

A Eletrobras, disse o ministro, tem um "belíssimo passado, mas atingiu seus limites".

Segundo ele, a guerra no Leste Europeu acelerou a necessidade de uma transição energética, ao mesmo tempo que a empresa tem perdido sua capacidade de investimento.

"Se o Brasil crescer como esperamos que cresça nos próximos anos a uma taxa mais forte, a Eletrobras não consegue ter a capacidade de investimento com a atual configuração societária dela", afirmou ele, ao dizer que a capitalização da empresa é "passo decisivo para a segurança energética brasileira".

Nos bastidores, o governo defende que o prazo limítrofe para concluir o julgamento no TCU é o dia 13 de abril, para ser possível realizar a emissão de ações

da empresa até 13 de maio. Nesse cenário, a empresa conseguiria usar dados do balanço do quarto trimestre de 2021 para fazer a oferta de ações da empresa, por meio da qual a União pretende reduzir sua fatia na companhia de 60% para 45%.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Reformas e privatizações ficam relegadas à espera das eleições

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes diz que IR de empresa pode cair

Estevão Taiar e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187186

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187186

Veto é minoria em comissão



Plenário da Assembleia Legislativa: deputados estaduais vão analisar parecer da comissão especial sobre o veto

Guilherme Peixoto

Os deputados estaduais de Minas Gerais já se preparam para analisar, formalmente, o veto do governador Romeu Zema (Novo) aos reajustes salariais extras concedidos pela Assembleia Legislativa aos servidores da saúde, da educação e da segurança pública. Ontem, foi oficializada a composição da comissão especial criada para avaliar a decisão de Zema, que pode ser derrubada. Dos cinco integrantes do grupo, quatro votaram favoravelmente aos aumentos adicionais.

A comissão especial se reúne hoje para eleger o presidente e o relator. O primeiro encontro será comandado por Sávio Souza Cruz (MDB), o mais velho do quinteto de deputados. Além dele, vão compor o grupo Beatriz Cerqueira (PT), Sargento Rodrigues (PL), Professor Cleiton (PV) e Guilherme da Cunha (Novo), governista. Na segunda-feira, Zema sancionou aumento de 10,06% a todo o funcionalismo de Minas Gerais. O índice é retroativo a janeiro deste ano. Apesar do aval ao acréscimo, o governador barrou reajuste adicional de 14% à saúde e à segurança. A ideia dos deputados de crescer em mais 33,24% os vencimentos dos trabalhadores da educação também foi rejeitada.

Os integrantes da comissão especial vão elaborar um parecer favorável ou contrário à derrubada do veto. O texto servirá para basear a votação definitiva, em plenário. Lá, os 77 deputados estaduais terão que decidir se os aumentos extras serão concedidos mesmo ante a oposição de Zema. Segundo apurou o Estado de Minas, há chance de o relatório necessário para a análise final do veto estar pronto já no início da próxima semana.

"Não se trata de aumento. São recomposições de perdas inflacionárias. Isso está devidamente

assegurado na Constituição da República", diz Sargento Rodrigues, um dos líderes da mobilização das forças de segurança, que cobram as reposições salariais desde fevereiro - inclusive, com passeatas.

Embora admita ter nas mãos uma tarefa difícil, Guilherme da Cunha quer trabalhar para convencer os colegas de que os cofres públicos mineiros não têm condições de absorver o impacto dos aumentos extras. "As razões [do veto] estão muito explícitas. Os aumentos feitos e vetados estão recheados de inconstitucionalidades. Além disso, há toda a questão financeira e fiscal do estado, que não reflete só nos números e nas contas, mas, principalmente, na qualidade do serviço público, nos salários em dia e na melhoria do atendimento à população", afirma.

A indicação dos integrantes da comissão levou em conta a necessidade de dar representatividade às categorias interessadas no debate. O bloco de oposição ao governo, por exemplo, escolheu indicar Rodrigues por sua proximidade com as forças policiais. Do mesmo modo, a coalizão definiu Beatriz Cerqueira pela afinidade ao professorado. Professor Cleiton, um dos nomes vindos do grupo independente, também dialoga com os docentes da rede estadual. A divisão dos assentos da Comissão Especial é proporcional ao tamanho dos blocos partidários da Assembleia.

Com 38 deputados, o grupo independente ficou com duas cadeiras; a oposição, com 25, conquistou mais duas. Por ter apenas 16 componentes, a base aliada ao Palácio Tiradentes teve direito a apenas uma indicação.

DIVERGÊNCIA Enquanto trabalham para derrubar o veto, os deputados favoráveis à concessão dos aumentos extras garantem que há recursos suficientes para bancar o projeto. "Compreendemos, e já demonstramos em debates, a disponibilidade financeira e orçamentária que o governo tem para honrar os compromissos", aponta Beatriz Cerqueira.

O reajuste extra de 14% à segurança faz com que o índice total destinado à categoria se aproxime da soma das duas parcelas de 12% que constam em um acordo descumprido pelo governo. Em 2019, o Palácio Tiradentes aceitou dividir, em três fatias, a reposição salarial dos agentes. Apenas uma parte, de 13%, foi paga.

O resto, porém, acabou vetado por Zema em 2020. O

percentual destinado à educação, por sua vez, é sustentado pela majoração do piso nacional da categoria, oficializada em fevereiro pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). "O que a Assembleia fez foi cumprir o comando constitucional. Piso salarial é lei, garantido pela Constituição do estado. Os reajustes são anuais - e o estado tem a obrigação de fazê-los", pontua a petista.

Na semana passada, o governo estimou que, com as emendas para garantir os reajustes adicionais, seria preciso desembolsar R\$ 14 bilhões ao ano. O montante representa crescimento de R\$ 9 bilhões em relação ao orçamento feito para abrigar a reposição de 10,06%. Os aumentos extras foram inseridos pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) da Assembleia.

"Na comissão, quando da tramitação do projeto, nem sequer fizeram a conta do impacto. O que mostra que nem sequer se preocuparam com essas questões", protesta Guilherme da Cunha. Sargento Rodrigues, no entanto, rebate a tese. "O governo se nega a abrir as contas. Nos últimos três anos, o governo isentou os grandes empresários em Minas em R\$ 30 bilhões de **impostos**. Dinheiro tem. Só falta transparência e boa vontade." No ano passado, o deputado Ulysses Gomes, do PT, chegou a afirmar que, em 31 de dezembro de 2020, o estado teria R\$ 18 bilhões em caixa.

O RITO A comissão especial terá 20 dias para emitir parecer a respeito da decisão do governador. A votação final em plenário, por sua vez, precisa ocorrer em no máximo 30 dias após o recebimento oficial do veto. Se os trechos excluídos forem recolocados no projeto pelos deputados, Zema terá 48 horas para promulgar a nova redação. Caso isso não ocorra, o presidente da Assembleia, Agostinho Patrus (PSD), terá a prerrogativa de fazer a promulgação.

O impasse causado pelas visões distintas do governo e da maioria dos deputados pode, inclusive, judicializar o debate em torno do reajuste. A possibilidade foi admitida na semana passada por Gustavo Valadares (PMN), líder de Zema no Legislativo. "Como são emendas feitas por deputados sem estarem acompanhadas do impacto financeiro e da fonte de recursos, é bem provável que isso possa terminar na Justiça", aventou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/04/2022/p1>

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Colegiado especial que analisará corte feito por Zema ao reajuste ampliado aos servidores escolhe presidente e relator hoje. Quatro dos cinco integrantes defendem projeto aprovado

Veto é minoria em comissão

GUILHERME PEIXOTO

Os deputados estaduais de Minas Gerais já se preparam para analisar, formalmente, o veto do governador Romeu Zema (Novo) aos reajustes salariais extras concedidos pela Assembleia Legislativa aos servidores da saúde, da educação e da segurança pública. Ontem, foi oficializada a composição da comissão especial criada para avaliar a decisão de Zema, que pode ser derrubada. Dos cinco integrantes do grupo, quatro votaram favoravelmente aos aumentos adicionais.

A comissão especial se reúne hoje para eleger o presidente e o relator. O primeiro encontro será comandado por Sávio Souza Cruz (MDB), o mais velho do quinteto de deputados. Além dele, vão compor o grupo Beatriz Cerqueira (PT), Sargento Rodrigues (PL), Professor Cleiton (FV) e Guilherme da Cunha (Novo), governista. Na segunda-feira, Zema sancionou aumento de 10,06% a todo o funcionalismo de Minas Gerais. O índice é retroativo a janeiro deste ano. Apesar do aval ao acréscimo, o governador barrou reajuste adicional de 14% à saúde e à segurança. A ideia dos deputados de crescer em mais 33,24% os vencimentos dos trabalhadores da educação também foi rejeitada.

Os integrantes da comissão especial vão elaborar um parecer favorável ou contrário à derrubada do veto. O texto servirá para basear a votação definitiva, em plenário. Lá, os 77 deputados estaduais terão que decidir se os aumentos extras serão concedidos mesmo ante a oposição de Zema. Segundo apurou o **Estado de Minas**, há chance de o relator necessário para a análise final do veto estar pronto já no início da próxima semana.

“Não se trata de aumento. São recomposições de perdas inflacionárias. Isso está devidamente assegurado na Constituição da República”, diz Sargento Rodrigues, um dos líderes da mobilização das forças de segurança, que cobram as reposições salariais desde fevereiro — inclusive, com passeatas.



Plenário da Assembleia Legislativa: deputados estaduais vão analisar parecer da comissão especial sobre o veto

Embora admita ter nas mãos uma tarefa difícil, Guilherme da Cunha quer trabalhar para convencer os colegas de que os cofres públicos mineiros não têm condições de absorver o impacto dos aumentos extras. “As razões [do veto] estão muito explícitas. Os aumentos feitos e vetados estão recheados de inconstitucionalidades. Além disso, há toda a questão financeira e fiscal do estado, que não reflete só nos números e nas contas, mas, principalmente, na qualidade do serviço público, nos salários em dia e na melhoria do atendimento à população”, afirma.

A indicação dos integrantes da comissão levou em conta a necessidade de dar representatividade às categorias interessadas no debate. O bloco de oposição ao governo, por exemplo, escolheu indicar Rodrigues por sua proximidade com as forças policiais. Do mesmo modo, a coalizão

definiu Beatriz Cerqueira pela afinidade ao professorado. Professor Cleiton, um dos nomes vindos do grupo independente, também dialoga com os docentes da rede estadual. A divisão dos assentos da Comissão Especial é proporcional ao tamanho dos blocos partidários da Assembleia.

Com 38 deputados, o grupo independente ficou com duas cadeiras; a oposição, com 25, conquistou mais duas. Por ter apenas 16 componentes, a base aliada ao Palácio Tiradentes teve direito a apenas uma indicação.

DIVERGÊNCIA Enquanto trabalham para derrubar o veto, os deputados favoráveis à concessão dos aumentos extras garantem que há recursos suficientes para bancar o projeto. “Compreendemos, e já demonstramos em debates, a disponibilidade financeira e orçamentária que o gover-

no tem para honrar os compromissos”, aponta Beatriz Cerqueira.

O reajuste extra de 14% à segurança faz com que o índice total destinado à categoria se aproxime da soma das duas parcelas de 12% que constam em um acordo descumprido pelo governo. Em 2019, o Palácio Tiradentes aceitou dividir, em três fatias, a reposição salarial dos agentes. Apenas uma parte, de 13%, foi paga.

O resto, porém, acabou vetado por Zema em 2020. O percentual destinado à educação, por sua vez, é sustentado pela majoração do piso nacional da categoria, oficializada em fevereiro pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). “O que a Assembleia fez foi cumprir o comando constitucional. Piso salarial é lei, garantido pela Constituição do estado. Os reajustes são anuais — e o estado tem a obrigação

de fazê-los”, pontua a petista.

Na semana passada, o governo estimou que, com as emendas para garantir os reajustes adicionais, seria preciso desembolsar R\$ 14 bilhões ao ano. O montante representa crescimento de R\$ 9 bilhões em relação ao orçamento feito para abrigar a reposição de 10,06%. Os aumentos extras foram inseridos pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) da Assembleia.

“Na comissão, quando da tramitação do projeto, nem sequer fizeram a conta do impacto. O que mostra que nem sequer se preocuparam com essas questões”, protesta Guilherme da Cunha. Sargento Rodrigues, em entanto, rebate a tese. “O governo se nega a abrir as contas. Nos últimos três anos, o governo isentou os grandes empresários em Minas em R\$ 30 bilhões de impostos. Dinheiro tem. Só falta transparência e boa vontade.” No ano passado, o deputado Ulysses Gomes, do PT, chegou a afirmar que, em 31 de dezembro de 2020, o estado teria R\$ 18 bilhões em caixa.

O RITO A comissão especial terá 20 dias para emitir parecer a respeito da decisão do governador. A votação final em plenário, por sua vez, precisa ocorrer em no máximo 30 dias após o recebimento oficial do veto. Se os trechos excluídos forem recolocados no projeto pelos deputados, Zema terá 48 horas para promulgar a nova redação. Caso isso não ocorra, o presidente da Assembleia, Agostinho Patrus (PSD), terá a prerrogativa de fazer a promulgação.

O impasse causado pelas visões distintas do governo e da maioria dos deputados pode, inclusive, judicializar o debate em torno do reajuste. A possibilidade foi admitida na semana passada por Gustavo Valadares (PMN), líder de Zema no Legislativo. “Como são emendas feitas por deputados sem estarem acompanhadas do impacto financeiro e da fonte de recursos, é bem provável que isso possa terminar na Justiça”, aventou.

Correção não é aumento (Artigo)

Alfredo Cotait Neto Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) e da Associação Comercial de São Paulo (ACSP)

Um efeito devastador da **inflação** prolongada é que ela corrói valores, cria ilusão monetária e provoca distorções na economia. No geral, o grande beneficiário desse efeito é o fisco que, ao deixar de atualizar tabelas e enquadramentos fiscais, acaba tributando lucros inflacionários e fictícios, especialmente de pequenas empresas e de pessoas físicas, principalmente os que mais sofreram durante a pandemia. Isso explica, em grande parte, o forte crescimento da arrecadação tributária recente, mesmo com a economia quase estagnada.

Ao longo dos anos, ao observar o fenômeno, a Folha reconhecia essa injustiça, em especial ao tratar da falta de correção na tabela do Imposto de Renda. Em síntese, em todos os seus editoriais, o jornal vinha expressando a correta opinião de que defasagens na tabela de **impostos** em relação aos índices inflacionários elevavam "de forma tortuosa a carga do IR" de trabalhadores e contribuintes.

Pois qual foi a nossa surpresa quando a própria Folha contrariou sua linha histórica no editorial "Simples e errado" (3/4). O texto fez um ataque à ampla campanha pela atualização da tabela do Simples Nacional, lançada por nós em Brasília durante cerimônia de posse da nova diretoria da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), entidade que reúne todos os setores, com predominância para as micro e pequenas empresas, a base da economia brasileira. A campanha também defende a alteração do enquadramento do microempreendedor individual (MEI), R\$ 81 mil para R\$ 130 mil por ano.

O editorial da Folha comete um equívoco e omite que o pleito da CACB decorre única e exclusivamente dos efeitos nefastos da **inflação**. É apenas uma correção. Não queremos benesses nem privilégios injustificáveis.

Quando se propõe a correção dos valores de enquadramento do Simples e dos MEIs, pretendemos apenas restabelecer as condições existentes quando da criação desses limites. O mesmo raciocínio, volto a dizer, se aplica aos pleitos para a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.

Também vale lembrar que o Simples não é uma renúncia fiscal, pois sua alíquota média efetiva é maior do que a do lucro real e ligeiramente abaixo da do lucro presumido, conforme demonstra o economista José Roberto Afonso ("Conjuntura Econômica", dezembro de 2021). Isto porque ela incide sobre a receita total, sem qualquer desconto.

Para se ter uma ideia, a última atualização na tabela do Simples ocorreu em 2016. Pretendemos corrigir essa distorção para que as empresas mais vulneráveis possam continuar a cumprir seu relevante papel na economia, gerando renda e oportunidades de trabalho. Caso contrário, estejam certos, migrarão para a informalidade. Por isso, o que se defende não é um "privilégio injustificado", pois, como diz o título deste artigo, correção não é aumento. Mas não apenas isso. Na minha visão, confirmada pela minha história, liderança é um serviço, não um meio de obter privilégios.

[...] Quando se propõe a correção dos valores de enquadramento do Simples e dos MEIs [microempreendedores individuais], pretendemos apenas restabelecer as condições existentes quando da criação desses limites. O mesmo raciocínio se aplica aos pleitos para a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física

Alfredo Cotait Neto Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) e da Associação Comercial de São Paulo (ACSP)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

74

Ciro Nogueira descarta, por ora, subsidiar preço dos combustíveis



O ministro **Ciro Nogueira** (Casa Civil) afirma que o governo não tem a intenção de alterar a política de preços da Petrobras e diz que a ideia de um subsídio para conter a **inflação** dos combustíveis está, no momento, descartada.

Depois de dias de impasse, o governo Bolsonaro anunciou na quarta-feira (6) a terceira troca no comando da companhia, ao indicar para a presidência da petroleira José Mauro Ferreira Coelho, presidente do conselho de administração da estatal PPSA (Pré-Sal Petróleo S.A.).

O ministro disse que a mudança foi uma decisão do presidente Jair Bolsonaro (PL), que espera mais "transparência" na comunicação da política de preço da companhia. Mas ele reforça que a intenção do governo não é interferir na estatal.

"É uma situação demagógica dizer que vai tornar o preço dos combustíveis em real. O arroz é em dólar, o feijão é em dólar, o álcool é em dólar", disse à Folha. "A Petrobras vai continuar totalmente independente", completou.

Desde que a guerra na Ucrânia pressionou o preço dos combustíveis e a estatal fez um mega-aumento nos valores, Bolsonaro passou a criticar a gestão da companhia e chegou a sugerir mudança na política de preços.

Segundo o titular da Casa Civil, a ideia de conceder um subsídio era pensada no cenário em que o barril do petróleo chegava a US\$ 200. Agora, a tendência tanto do dólar como do preço dos combustíveis é de queda, por isso, a hipótese está descartada no momento.

Apesar de Bolsonaro ter dado declarações públicas sinalizando que o general Silva e Luiza -que deixará o comando da Petrobras- deveria rever o mega-aumento no preço dos combustíveis, o ministro afirma que a pressão não partiu do presidente, mas "das ruas".

"E pressão das ruas, da população que às vezes não entende como somos autossuficientes em petróleo e temos que ficar com essa dependência [de refinarias do exterior]", diz. Para Nogueira, a estatal falha na sua comunicação e precisa explicar melhor a forma como se dá a composição de preços que resultam no valor final dos combustíveis.

Quando lhe foi perguntado sobre o que o presidente espera da nova gestão da Petrobras, respondeu: "Que dê mais transparência a essa situação. Eu acho que a Petrobras erra muito na sua comunicação, de explicar para a sociedade os componentes do preço".

"[Tem que explicar] Quem é que está cobrando e o que as pessoas, ao abastecer o seu carro, estão pagando", avalia.

O ministro também atribui aos governadores o aumento no preço dos combustíveis na ponta. De acordo com ele, as gestões estaduais elevaram suas arrecadações em cima de **impostos** que cobram sobre o preço da gasolina, por exemplo.

"Ao contrário do governo federal, que não arrecadou nada mais, pelo contrário, nós abrimos mão de arrecadação, os governos estaduais aumentaram em 36% a sua arrecadação. Isso foi um absurdo e um crime que os governadores fizeram contra a população brasileira." Ao criticar os governadores, Nogueira acompanha o que Bolsonaro tem dito nos últimos meses. O Planalto propôs ao Congresso um projeto de lei para reduzir o ICMS e zerar o PIS/Cofins de combustíveis -o texto já foi aprovado pelo Legislativo.

O Ministério das Minas e Energia apresentou na quarta os nomes de José Mauro Ferreira Coelho para presidir a Petrobras e de Márcio Andrade Weber para comandar o conselho de administração da estatal.

Os nomes fazem parte de uma solução interna do governo, que não encontrou pessoas da iniciativa privada dispostas a ocupar os postos em meio à

pressão do presidente sobre os preços de combustíveis. Com isso, passaram a ser discutidas opções já ligadas à administração pública.

Enquanto Coelho integra o conselho de uma estatal e passou pelo MME (Ministério de Minas e Energia), Weber faz parte do conselho de administração da própria petroleira. A indicação de José Mauro Ferreira Coelho para o comando da Petrobras foi definida pelo governo de última hora, em uma decisão cercada de sigilo e sob a pressão de não deixar nenhuma margem para novos questionamentos.

O fantasma da indicação malsucedida de Adriano Pires, empresário com laços na indústria de gás e que acabou desistindo pelo risco de conflitos de interesse, levou o governo a recorrer a uma solução caseira como estratégia.

Segundo relatos colhidos pela Folha, o martelo só foi batido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na tarde de quarta-feira (6), horas antes de a escolha ser oficialmente anunciada pelo Ministério de Minas e Energia.

Após diversas especulações sobre possíveis nomes, as indicações efetivas eram conhecidas por um círculo restrito: apenas o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Ciro Nogueira (Casa Civil), além do próprio presidente.

Nem mesmo auxiliares palacianos ou secretários do alto escalão do MME participaram da negociação que levou à escolha de Ferreira Coelho.

O governo esperou o fechamento do mercado para só então divulgar os novos nomes no comando da companhia. Além de Coelho, houve a indicação de Márcio Weber para a presidência do conselho de administração. Ele já integra o colegiado como um de seus membros desde 2021.

Nos últimos dias, a desistência de Pires e a indefinição em torno dos novos nomes para a Petrobras penalizaram as ações da companhia, que tiveram três pregões de queda. O anúncio do nome de Coelho reverteu o recuo, com os papéis da estatal liderando a alta da Bolsa nesta quinta.

Na tentativa de pôr fim ao desgaste que cercava a troca no comando da maior empresa de óleo e gás da América Latina, Bolsonaro queria uma escolha rápida, mas ao mesmo tempo certa, sem espaço para novos revés. Também pesava o prazo exíguo, uma vez que a assembleia de acionistas que aprovará os nomes está marcada para o dia 13.

O governo optou por uma solução caseira depois de

esbarrar em dificuldades para encontrar alguém do mercado, com experiência no setor de óleo e gás, disposto a assumir a função a menos de nove meses do fim do atual mandato de Bolsonaro. Assim, ao final, apenas técnicos eram cotados.

Auxiliar do ministro Paulo Guedes (Economia), o secretário especial Caio Paes de Andrade foi um dos nomes considerados nos últimos dias, à medida que outros iam dizendo não à proposta.

O nome do secretário foi indicado por Guedes, mas o ministro evitou insistir em sua escolha. Ele acabou preterido, segundo relatos, por resistência do MME e de outros atores da ala política do governo: Paes de Andrade não tem experiência no setor, ao contrário de Coelho.

O nome da Economia também havia recebido um veto de peso, o do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), como mostrou a Folha.

A indicação de Coelho foi precedida de outras reuniões em clima tenso. Aliados do governo ficaram incomodados com a desistência de Pires e chegaram a chamar de amadorismo a escolha de um nome que não passaria pelas regras de compliance da companhia.

Na terça-feira (5), Albuquerque esteve com o presidente Jair Bolsonaro no Planalto para discutir alternativas. Segundo relatos de fontes do governo, as opções dadas pelo ministro desagradaram ao chefe do Executivo, que já vinha bastante irritado com o impasse, e o clima azedou.

Nesse contexto, foi cogitada a possibilidade de eventualmente adiar a eleição do presidente da companhia, retirando o assunto da pauta da assembleia de acionistas marcada para o dia 13. Essa opção acabou descartada.

Antes de ser indicado ao comando da Petrobras, Coelho atuava como presidente do conselho de administração da estatal PPSA (Pré-Sal Petróleo S.A.) e estava cumprindo quarentena, após ter pedido demissão, em outubro, do cargo de secretário de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia.

Até ser oficializado no posto, o novo indicado tem evitado falar publicamente. "Essa é a primeira e tapa, a indicação. Temos ainda um caminho até a efetivação do cargo", disse Coelho à Folha, por mensagem.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49874&anchor=6453657&pd=37f6e0e13966f74535ebfd0febd2>

2001

Abrasileirar combustível não existe numa commodity global"

MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guerra trará agitação social nos emergentes - HUMBERTO SACCOMANDI

HUMBERTO SACCOMANDI

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187186

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187186

Tarifa pode cair menos que o previsto



A decisão do governo de antecipar para 15 de abril o fim à bandeira de escassez hídrica, tarifa extra sobre a conta de luz, pode ser um alívio aos brasileiros na hora de fechar as contas. A servidora pública Alice Dias, 24 anos, que divide a casa com a mãe, acredita que a isenção da tarifa pode aliviar as contas da família, mas reforça que isso não pode ser desculpa para a imprudência. "A economia, tanto de água quanto de luz, não beneficia apenas nosso bolso, mas o meio ambiente e afins", comentou.

Em evento do Banco do Brasil, o ministro da Economia, Paulo Guedes comentou sobre a mudança na bandeira de energia elétrica, a qual destacou ocorrer "sem canetada". "Deve cair 18% a conta de luz para a população no mês que vem, sem canetada, sem botar em risco as empresas, ao contrário", afirmou, em referência a mudanças por meio de medida provisória no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Especialistas afirmam, no entanto, que, ao longo do ano, a queda nas tarifas poderá ficar menor. A redução proporcionada pelo fim da sobretaxa deverá ser diluída com os reajustes tarifários contratuais das distribuidoras que serão estabelecidos ao longo de 2022. A PSR, maior consultoria de energia do País, estima que, em média, esses reajustes serão de 15%. Então, computados os aumentos tarifários, a redução média na conta de luz do consumidor residencial, no ano, deverá ser de 6,5%.

Outro problema é que, ao longo da crise hídrica do

ano passado, o governo federal fez contratações emergenciais bilionárias para o uso de termelétricas, que entrarão em operação a partir de maio deste ano até dezembro de 2025. Essa conta ainda será repassada para os consumidores durante todo esse período, mesmo que as usinas não sejam usadas. As contratações emergenciais somam cerca de R\$ 11,7 bilhões.

Ao anunciar o fim da bandeira de escassez hídrica, na quarta-feira, o Ministério de Minas e Energia (MME) estimou uma economia de até 20% na conta de luz residencial. De acordo com o governo, a decisão foi tomada porque os reservatórios das hidrelétricas estão "muito mais cheios" do que no ano passado, o que reduziu a necessidade de uso das termelétricas, que geram energia mais cara. O ministério afirmou, ainda, que a previsão é de bandeira verde até o fim do ano, com a "manutenção das atuais condições de chuva".

Caso seja essa a redução nas contas de luz, especialistas calculam que haverá impacto imediato de um ponto percentual na **inflação**, sendo metade absorvida em abril e metade em maio. O diretor executivo da Ativa Energia avaliou que, se a redução na tarifa de energia for da ordem de 18%, o impacto na **inflação** poderá ser de cerca de 1%, considerando a estrutura do principal indicador (IPCA). "O alívio nas contas de energia tem o potencial de liberar recursos no curto prazo para as empresas recomporem caixa e, no caso das residências, para as famílias irem às compras ou pouparem", assinalou. (Com Agência Estado) *Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

Gasolina e grãos espalham inflação por todas as faixas de renda, diz FGV

A escalada do preço do petróleo e dos grãos fará com que a **inflação** afete famílias de todos os níveis de renda com intensidade muito próxima em 2022, situação diferente daquela observada no início da pandemia, quando pesou mais sobre a baixa renda.

Essa é a expectativa dos economistas Aloisio Campeio Jr. e André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), responsáveis pelo estudo "A pressão da **inflação** da pandemia sobre as famílias mais pobres". O trabalho analisa o comportamento da alta de preços por faixa de renda desde 2020.

A projeção dos pesquisadores é de uma **inflação** de 7% neste ano para o IPCA, índice do IBGE utilizado como meta para o Banco Central. No ano passado, ficou acima de 10%.

Considerando a **inflação** acumulada de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2022, o IPC-FGV (índice de preços ao consumidor da Fundação) teve alta de 15,2%. A **inflação** das famílias de renda mais baixa foi de 16,8%. Para a renda mais alta, de 13,6%.

Essa diferença se explica, principalmente, pelos dados de 2020, quando as pressões inflacionárias ficaram muito concentradas entre os alimentos, classe de despesa que compromete mais o orçamento de famílias menos favorecidas, seguida pelos gastos com habitação, que também têm peso decrescente conforme cresce o nível de renda.

Para os mais pobres, os itens que mais pesaram naquele ano foram energia elétrica, arroz e gás de botijão. Para os mais ricos, automóvel novo, conta de energia e passagem aérea.

Em 2021, a alta da gasolina surgiu como um novo fator de pressão para a **inflação**. Esse item tem maior peso para os mais ricos: representa 5% do consumo, o mesmo peso que o gás tem para os mais pobres. Na baixa renda, a gasolina representa só 1,6% dos gastos.

"Em 2020, o rico ficou mais rico, com desconto em escola, adiamento de reajuste de plano de saúde, e o pobre ficou mais pobre, porque os alimentos subiram muito. Em 2021, não houve uma dispersão tão grande na percepção de **inflação**", afirma André Braz.

Para 2022, os dois pesquisadores esperam uma repetição do que ocorreu no ano passado em relação à distribuição da **inflação**, embora a lista de produtos que vão contribuir para isso seja diferente.

Segundo eles, a escalada do preço do petróleo e dos grãos, sobretudo trigo, fará com que a **inflação** afete famílias de todos os níveis de renda, sendo, mais uma vez, um fenômeno negativamente democrático, que afetará toda a população.

"No primeiro ano da pandemia, a **inflação** de alguma forma poupou um pouco as classes mais altas. Depois, continuou alta para as famílias de baixa renda, se espalhou e pegou todo o mundo", diz Campeio.

"[Agora] Você tem muitas fontes de pressão para tudo que é lado. Esses 7% vão acabar sendo uma **inflação** para todas as classes." De acordo com o estudo, os maiores aumentos neste ano devem ser dos combustíveis fósseis, seguidos por alimentos, bens duráveis e serviços.

Braz cita alguns fatores que devem fazer com que a **inflação** seja mais uniforme para todas as famílias neste ano.

A redução da tarifa de energia beneficiará os mais pobres. Esse item representa quase 10% do consumo na faixa de menor renda e menos de 3% para os mais ricos.

A alta dos alimentos, por outro lado, prejudica a baixa renda, pois representa 25% do consumo. O peso é de 17% entre os mais ricos, segundo dados de 2020-21. O aumento dos combustíveis tem efeitos diretos e indiretos. Para os mais ricos, o maior impacto se dá na gasolina. Para os pobres, no gás de botijão. Nos dois casos, o peso é de cerca de 5% dos gastos.

Indiretamente, esses aumentos também tendem a encarecer produtos e serviços, afetando mais a alta renda. Repasses para tarifas de ônibus, muitas congeladas por causa das eleições, prejudicariam os mais pobres.

Braz afirma que a desaceleração da **inflação** depende também da manutenção de alguma valorização do real ante o dólar. Esse é um fator que tende a beneficiar

todas as classes em razão de efeitos diretos e indicadores sobre os preços de commodities. Ou pelo menos mitigar parte da alta desses produtos que se acentuou após a invasão da Ucrânia pela Rússia.

Em 2021, a **inflação** para as famílias com renda de até 1,5 salário mínimo foi de 8,9%. Para aquelas com rendimentos de 11,5 a 33 salários mínimos (faixa abrangida pelo IPC-S) foi de 8,7%. Em 2020, ficaram, respectivamente, em 7% e 4,3%.

O índice de preços ao consumidor da FGV ficou em 9,34% no ano passado, com impacto acima dessa média em algumas das faixas de renda intermediária (ver tabela). O indicador difere do IPCA/IBGE, que superou 10% em 2021, em relação a aspectos como abrangência geográfica.

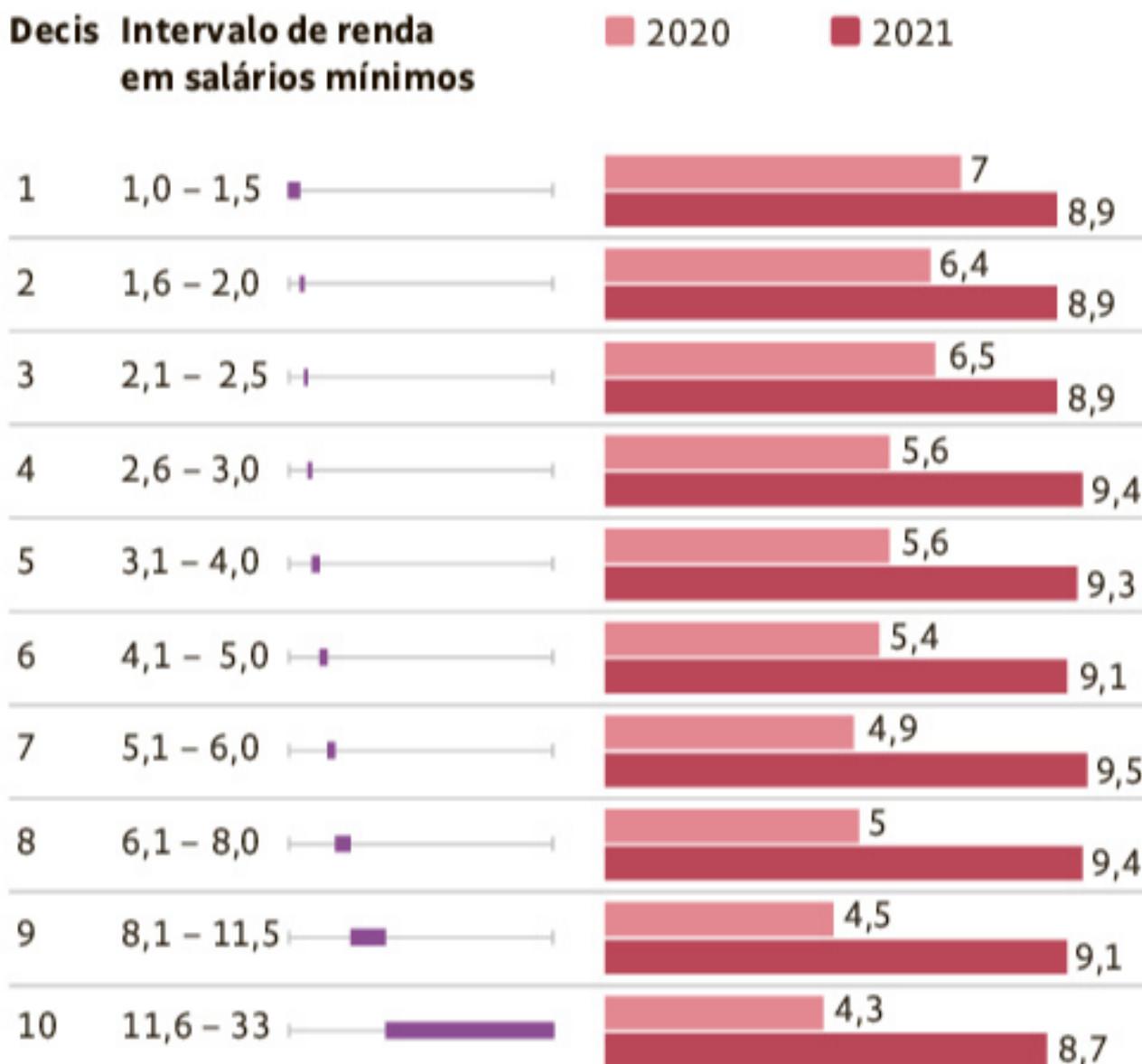
O trabalho considera a divisão da população por decis de renda -cada faixa abrangendo 10% das famílias- de acordo com a separação feita na POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) do IBGE, mas considerando as regiões alcança-daspelo IPC-S: Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49874&anchor=6453657&pd=37f6e0e13966f74535ebfd0febd22001>

Inflação por decil de renda

Acumulada no ano, em %



16,8% inflação dos 10% mais pobres em dois anos de pandemia

13,6% inflação das famílias de renda mais alta no mesmo período

Fonte: Elaboração FGV Ibre com dados da POF/IBGE

Preço do leite bate recorde no campo e pressiona consumidores

Com o impacto do aumento dos custos no campo, o preço médio do leite pago aos produtores bateu recorde no país em março, indicam dados do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

De acordo com analistas, o efeito da alta não se esgota no estágio inicial da cadeia produtiva. O avanço também reduz margens de lucro na indústria e volta a pressionar o bolso dos consumidores nas cidades.

Em março, o preço do litro de leite pago aos produtores foi de R\$ 2,2104 na média do Brasil, conforme o Cepea. Trata-se do maior valor para o mês na série histórica da instituição, iniciada em 2005, em termos reais-ou seja, como desconto da **inflação**.

O preço é 4,1% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. O valor pago é relativo ao leite captado no mês anterior -nesse caso, fevereiro.

De acordo com o Cepea, o aumento não se traduz em ganhos elevados para os produtores. É que, segundo o centro de estudos, o avanço decorre principalmente da alta dos custos, que vem limitando investimentos na atividade e, conseqüentemente, o potencial de oferta.

De janeiro para fevereiro, o índice de Captação Leiteira do Cepea refletiu esse cenário. Houve baixa de 0,63% na oferta do produto. "A gente observa alta nos custos para produtores, indústria e consumidor. Ninguém está ganhando dinheiro com isso", afirma a pesquisadora do Cepea Natália Gri-gol, que acompanha o setor.

Os custos de produção de leite e derivados ganharam força na pandemia com a valorização de commodities como milho e soja, lembra a pesquisadora. Os grãos são usados como insumos para a alimentação animal.

Se não bastasse isso, o setor também foi afetado pelos reflexos do clima adverso nos últimos meses.

A região Sudeste teve episódios de chuva em excesso, enquanto o Sul passou a amargar período de seca. Os fenômenos extremos castigaram diferentes plantações, incluindo pastagens e milho.

"É uma pressão de custos em um contexto de consumo muito delicado", afirma Grigol, em referência ao fato de a **inflação** alta e a renda baixa desafiarem o crescimento da demanda por lácteos no país.

Os gastos também ficaram maiores do lado de fora das propriedades rurais. Os custos com transporte de leite para a indústria, por exemplo, são impactados pela disparada dos combustíveis.

Nas fábricas, houve ainda pressões vindas da alta da energia elétrica e do avanço dos preços das embalagens.

"Uma série de fatores vem impactando. Os aumentos de soja, milho, petróleo e energia elétrica significam muito na produção de leite e derivados", diz Cláudio Meirel-les, presidente da Cooperativa de Barra Mansa (RJ).

Segundo ele, indústrias do setor vêm operando a venda de leite com margens "no vermelho", em razão dos custos elevados.

"O consumidor está endividado. Ele não tem mais espaço para grandes aumentos", afirma Meirelles.

OIPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) mostra que a **inflação** de leite e derivados até havia dado sinais de trégua para o brasileiro entre o final do ano passado e o início deste ano.

Após uma sequência de sete altas, houve três recuos consecutivos nos preços em novembro (-0,49%), dezembro (-1,55%) e janeiro (-0,52%).

Contudo, leite e derivados voltaram a subir nos últimos dois meses, de acordo com o índice, que é calculado pelo IBGE. Houve aumentos de 1,51% em fevereiro e de 1,76% em março.

O leite longa vida foi o produto com o maior aumento no mês passado: 3,41%. Depois, aparecem manteiga (2,49%), leite fermentado (2,19%) e iogurte e bebidas lácteas (1,38%).

Em março, a **inflação** acumulada em 12 meses por leite e derivados voltou para a faixa dos dois dígitos, o que não ocorria desde agosto do ano passado. Na comparação com fevereiro, a alta acumulada pulou de

7,29% para 10,32%, aponta o IPCA-15.

Nos últimos 12 meses, os maiores avanços foram os de requeijão (18,2%), iogurte e bebidas lácteas (16,66%) e queijo (13,26%). Já o leite longa vida subiu 7,47% nesse recorte.

"O setor está com os custos muito pressionados", destaca o pesquisador Felipe Serigati, do centro de estudos FGV Agro.

Além do leite, o café também ficou mais caro para o brasileiro, como mostrou a Folha em fevereiro. Na visão de analistas, a ca réstia reflete o contexto de demanda global firme e oferta impactada pela seca e pelas geadas do ano passado no Brasil. Em março, o café moído teve **inflação** de 2,86%, conforme o IPCA-15. Em 12 meses, o produto acumulou disparada de 62,36%.

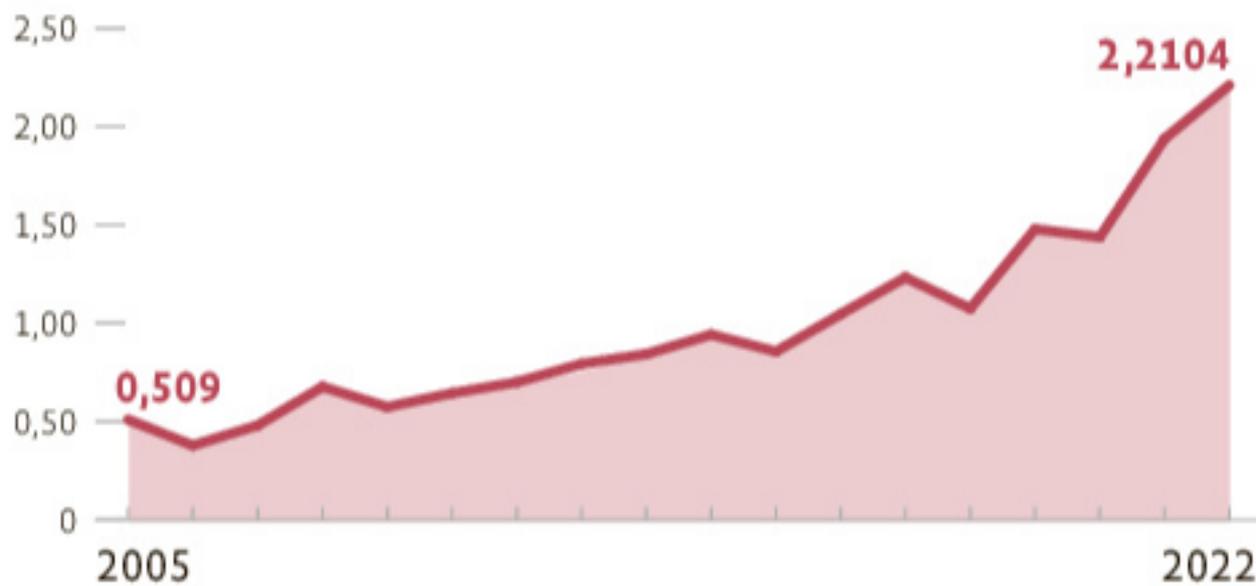
E, além da manteiga, o pão também teve alta de preços, principalmente depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, dois dos principais produtores de trigo no mundo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49874&anchor=6453657&pd=37f6e0e13966f74535ebfd0febd22001>

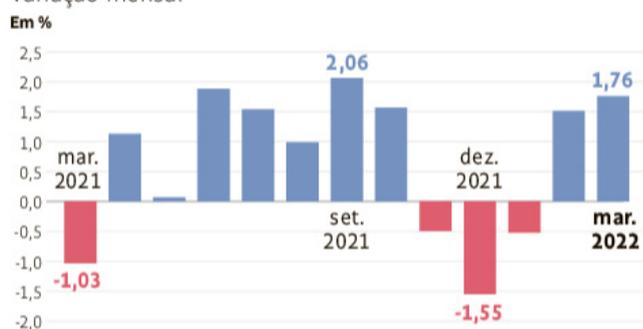
Preço médio do leite pago ao produtor

Em meses de março, em R\$/litro

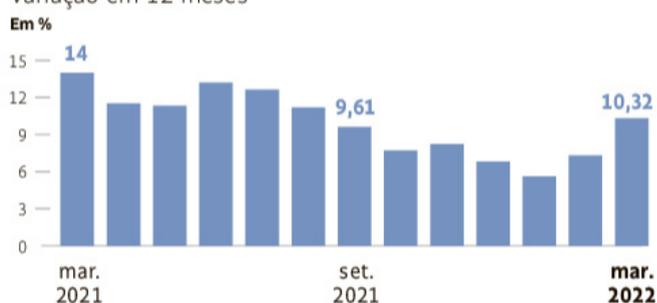


Inflação de leite e derivados

Varição mensal



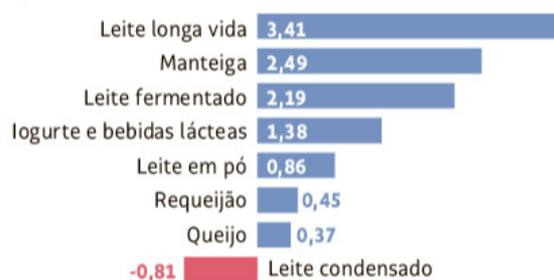
Varição em 12 meses



Inflação de leite e derivados

Varição mensal

Em mar.22, em %



Varição em 12 meses

Até mar.22, em %



Fontes: Cepea e IPCA-15/IBGE

Tabela do IR ainda pode ter correção - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Jair Bolsonaro pode corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física ainda neste ano. Paulo Guedes, falou no assunto nesta quinta-feira (7), em evento do Bradesco. Pode ser uma daquelas ideias "na semana que vem" ou "em noventa dias", típicas do ministro. Mas o pessoal do Planalto encarregado da campanha do governo ou do governo em campanha diz que, sim, pode sair até por medida provisória.

A ideia de corrigir o IR parecia morta desde que o projeto do governo de mexer no Imposto de Renda em geral, aprovado na Câmara em setembro, havia naufragado no Senado, como de resto a **reforma tributária** inteira.

O senador Ângelo Coronel (PSD-BA), engavetou o projeto do Executivo, aprovado pelos deputados, e propôs um outro, com isenção para rendimentos de até R\$ 3.300 (atualmente, a isenção vai até R\$ 1.903,98), entre outras mudanças.

Esse projeto foi detonado pelo ministério da Economia, pois custaria caro, uma perda de arrecadação de mais de R\$ 35 bilhões por ano. Agora, Guedes volta a falar no assunto, do IRPF (mudança no IR das empresas não vai sair).

Segundo um assessor palaciano, Bolsonaro quer, claro, a mudança, que pediu para já. Guedes não dissera "não", de acordo com esse assessor. Ficara de estudar, "alguma coisa daria para fazer".

Guedes embalou a promessa do benefício naquela conversa de "devolver recursos à sociedade". "Conversamos se vamos corrigir a tabela do IR agora ou se deixamos para a primeira ação de novo governo. Não queremos usar toda a alta de arrecadação de uma vez. Vamos devolver apenas parte para não correremos riscos fiscais", disse.

Não importa se a arrecadação foi maior do que se previa. O governo continua a ter déficit primário (gasta mais do que arrecada mesmo desconsiderada nesta conta a despesa com juros da dívida pública). O déficit total, "nominal", é ainda maior e será crescente, dada a alta da conta de juros (a não ser que a **inflação** despenque amanhã e o **PIB** passe a crescer como não cresce faz mais de décadas).

Em suma, quanto menos arrecadar de imposto, mais o governo terá de pedir emprestado, dando assim mais dinheiro a ricos, de resto sem beneficiar os mais pobres (que não pagam Imposto de Renda justamente por falta de renda).

Guedes falou também de tocar a renegociação de dívidas de empresas do Simples. Enquanto tiver bambu, tem flecha (isto é, enquanto o governo não bater no limite de déficit primário deste ano, vai torrando mais). Teve redução de imposto de combustível, uma reduçãozinha de IPI. Teve a liberação de saque especial do FGTS (não altera o déficit). Vai ter o auxílio-endividamento (crédito consignado maior e para mais gente, o que não vai prestar, mas dá uma ilusão de alívio de desespero).

Na quarta-feira, Bolsonaro anunciou ele mesmo o fim da "bandeira de escassez hídrica", o extra na conta de luz em tempos de seca e de geração de energia cara. A medida foi antecipada em 15 dias. Entra em vigor no próximo dia 16 e pode reduzir a conta de luz, em média, em uns 17%.

O povo ainda não viu a mudança, mas vai notar e o governo vai bater bumbo. Não é grande coisa, mas a penúria é grande, coisa em que os mais ricos da "opinião pública" não prestam muita atenção.

Enquanto Lula da Silva (PT) passou a falar muita bobagem e a "Terceira Via" acaba de implodir o resto de sua base eleitoral pífia, Bolsonaro vai buscando uns pontos de pesquisa ali, outros aqui, fazendo déficit para bancar esses votos. E sua campanha mal começou. A "guerra cultural" e a trituração de Lula ainda vêm aí.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49874&anchor=6453657&pd=37f6e0e13966f74535ebfd0febd22001>

Calibragem do juro dependerá da guerra, diz BC

A calibragem da política monetária no Brasil dependerá da extensão de choques sobre a **inflação**, disse nesta quinta-feira (7) o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, citando que problemas causados pelo conflito na Ucrânia trazem desafio adicional.

Em evento da Legend Investimentos, Campos Neto afirmou que, mesmo que a guerra no Leste Europeu termine em prazo curto, o mundo terá, por tempo maior, cicatrizes causadas por uma re-divisão das cadeias globais de valor, além de uma divisão entre países democráticos e outras nações.

"Olhando a parte longa da curva e as expectativas de **inflação** mais longa, existe um certo consenso de que estamos no caminho certo. A calibragem sempre depende da extensão do choque, temos falado sobre isso nas últimas reuniões do Copom", disse.

Para o próximo encontro do colegiado, em maio, está previsto um aumento de um ponto percentual na Selic, que atingiria 12,75% ao ano, possivelmente encerrando o ciclo de aperto monetário. Esse plano poderá ser repensado, com ajuste adicional, em caso de novos choques, como indicou Campos Neto anteriormente.

De acordo com o presidente do Banco Central, a **inflação** está "descolando muito" da meta, com subida dos núcleos (que desconsideram componentes voláteis) e grande disseminação.

"A gente tem se preocupado em ser proativo em relação a isso, passar mensagem de que o Banco Central tem os instrumentos", afirmou.

Campos Neto ponderou que, apesar de alto, o núcleo da **inflação** brasileira está "um pouco mais comportado". Ele disse ainda que, após o problema da energia ter se agravado no Brasil com a crise hídrica e efeitos da guerra, a situação agora parece melhor, inclusive com o anúncio do fim da taxa extra nas contas de energia elétrica.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49874&anchor=6453657&pd=37f6e0e13966f74535ebfd0febd22001>

R\$ 7,6 bilhões em caixa com o pré-sal

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O governo planeja repassar R\$ 7,676 bilhões a Estados e municípios neste ano. O recurso é oriundo de leilões do pré-sal e deve abastecer os governos regionais em pleno ano eleitoral.

O Executivo encaminhou projeto de lei ao Congresso pedindo a abertura de crédito adicional no Orçamento para efetivar a transferência.

O repasse ficará fora do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à **inflação** do ano anterior.

O rateio é previsto em uma lei de 2019 e, por isso, a transferência é uma despesa obrigatória, mas precisa ser autorizada pelos parlamentares porque ainda não está programada no Orçamento.

O recurso extra vem da venda dos campos de Sépia e de Atapu, no pré-sal da bacia de Santos, que rendeu ao governo R\$ 11,1 bilhões no ano passado.

É a última parcela da chamada cessão onerosa, após o primeiro rateio, feito em 2019. Da parcela que sairá dos cofres da União, R\$ 4,671 bilhões serão repassados a Estados e ao Distrito Federal, enquanto os municípios ficarão com R\$ 2,671 bilhões, conforme critérios da Lei Kandir e dos fundos de participação.

O Rio terá mais R\$ 334,2 milhões por ser o território da exploração de petróleo, recebendo um total de R\$ 453,3 milhões, de acordo com levantamento do Tesouro. Minas Gerais é o Estado que mais vai receber, abocanhando um total de R\$ 568,4 milhões, seguido por Mato Grosso (R\$ 564,6 milhões) e São Paulo (R\$ 563,7 milhões).

"Isso provoca uma melhora nas contas dos governos regionais, mas é preciso compreender que há regras que limitam o uso desses recursos em excesso, sobretudo em ano eleitoral", afirmou a economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, em referência à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à legislação eleitoral. As receitas só podem ser utilizadas para bancar gastos com Previdência e investimentos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

País ganha 2 posições e fica em 22º lugar em ranking

LUCAS AGRELA

O Brasil subiu duas posições no ranking de países que mais recebem investimentos do exterior, de acordo com o Índice de Confiança para Investimento Direto Estrangeiro, elaborado pela consultoria Kearney.

O País saltou da 24.^a para a 22.^a posição no levantamento mundial, realizado em janeiro.

Apesar do avanço, o Brasil ainda está muito longe de seus tempos "áureos" como destino de investimento estrangeiro - em 2012 e 2013, por exemplo, o País ficou na terceira posição da lista. "Há bons sinais de recuperação, mas já estivemos lá em cima no ranking. À medida que a situação política e econômica do País piorou, a confiança do investidor caiu", afirma Sachin Mehta, sócio da Kearney Brasil. "Ainda assim, o Brasil não é uma economia que o investidor possa se dar ao luxo de estar fora. É um mercado diferente, com riqueza natural e força em commodities." Em 2016, o País ocupava o 12.^o lugar, caindo 13 posições em 2018 e saindo no ano seguinte do ranking (que contabiliza somente os 25 primeiros colocados). O País voltou à lista em 2020, na mesma posição que a atual (22.^a). Apesar de o País ter voltado a figurar na lista, isso pode refletir mais uma queda de outras nações do que um grande avanço brasileiro.

Neste ano, a estimativa é de entrada de US\$ 55 bilhões em capital estrangeiro, abaixo dos US\$ 69,2 bilhões de 2019.

Os motivos para o avanço do País em 2022 são o aumento dos preços de matérias-primas e a redução de restrições para conter a covid-19. Esses fatores fizeram o Brasil crescer no cenário econômico internacional mesmo com desafios como a alta da **inflação**, a explosão dos juros e o risco associado às próximas eleições presidenciais.

Segundo análise da XP Investimentos, os principais investidores da Bolsa brasileira em 2022 são investidores estrangeiros (53%), instituições (25,4%) e pessoas físicas (16,5%).

O Brasil é uma das quatro economias emergentes no ranking da consultoria. China (10.^o lugar), Emirados Árabes (14.^o) e Qatar (24.^o) também aparecem na lista de 25 países.

Pelo 10.^o ano consecutivo, os Estados Unidos lideraram a lista.

Alemanha e Canadá completam o "pódio" deste ano. Japão e Reino Unido ocupam, respectivamente, a quarta e quinta posições.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ações da Petrobras sobem 5% com novos nomes indicados

VITOR DA COSTA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Qual é o esforço para geração de superávit primário? (Artigo)

Alexandre Manoel e Lucas Barbosa são, respectivamente, economista-chefe e economista da AZ Quest.

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187186

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187186

O mix ruim da política monetária (Artigo)

Mareio G. P. Garcia pesquisador visitante na MIT Sloan School of Management, professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, Cátedra Vinci Partners, escreve mensalmente neste espaço (<https://sites.google.com/view/mgpgarcia>)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187186

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187186